



DO CAMPO À CIDADE

HISTÓRIAS DE LUTA PELO DIREITO
DOS POVOS À TERRA E À VIDA

EXPEDIENTE

REALIZAÇÃO

Amigos da Terra Brasil

Abril de 2021

APOIO

Sociedade Sueca pela

Conservação da Natureza

(SSNC - Swedish Society for Nature Conservation)

Amigos da Terra Internacional

(FoEI - Friends of the Earth International)

Amigos da Terra Alemanha

(BUND - Bund für Umwelt und Naturschutz Deutschland)

TEXTO DA PUBLICAÇÃO

Arthur Viana e Cláudia Ávila

ILUSTRAÇÕES

Paulo H. Lange

DIAGRAMAÇÃO

Heitor Jardim

REVISÃO

Carol Ferraz, Lúcia Ortiz,

Letícia Paranhos, Luana Hanauer

NO ÂMBITO DO PROJETO

Cuidado e Defesa Popular do Território
no Campo e na Cidade (2018-2020)

COORDENAÇÃO POLÍTICA

Fernando Campos Costa

COORDENAÇÃO GERAL

Arthur Viana e Eduardo Osório

CONTATO

Amigos da Terra Brasil

Telefone: (51) 9978 02292 / 3332 8884

contato@amigosdaterrabrasil.org.br

CaSAnAT - Rua Olavo Bilac, 192

Porto Alegre - RS - Brasil

CEP: 90040-310

SUMÁRIO

HISTÓRIAS DE LUTA PELO DIREITO
DOS POVOS À TERRA E À VIDA 4

AS FALSAS PROMESSAS DA FRAPORT
E O DESPEJO DA VILA NAZARÉ EM PORTO
ALEGRE 12

A MINERAÇÃO JÁ MATOU BOA PARTE
DO BRASIL 24

AMAZÔNIA E SOLIDARIEDADE
INTERNACIONALISTA CONTRA O CERCO
TRANSNACIONAL 34

SOLIDARIEDADE EM REDE PARA
CONSTRUIR OUTRA REALIDADE 40



HISTÓRIAS DE LUTA PELO DIREITO DOS POVOS À TERRA E À VIDA





Ao tempo de que algo vire história, esse algo já passou - e tratamos aqui de algo que não deve passar: despejos, violência policial, destruição da biodiversidade, violação do direito ao território - do corpo à terra.

Por isso, a primeira intenção que temos com esta publicação, entre desenhos e palavras que re-contam histórias de resistências e organização popular Brasil afora, é mostrar que certas coisas que acontecem não deveriam acontecer. Por meio do compartilhamento de experiências, queremos fortalecer comunidades e povos que lutam por seus direitos coletivos; e queremos também - para além da denúncia sobre violações de direitos - inspirar quem acredita e defende um mundo mais justo, livre de todas as formas de opressão. Não podemos mais testemunhar violências tantas e, se certamente a Vila Nazaré

não foi a primeira comunidade pobre a ser expulsa de seu território no Sul Global para que uma empresa transnacional ocupasse seu lugar, que seja a última.

Mas a denúncia do que passou, somente, não basta: existe muito ainda a se disputar, resta muito a acontecer. Por isso também falamos sobre o avanço da megamineração no Rio Grande do Sul (RS), Estado mais ao Sul do Brasil. Após destruir Minas Gerais - entre outros territórios - com os crimes da Vale em Brumadinho e Mariana (junto à BHP Billiton), as mineradoras viraram seus tratores, dinamites e caminhões para o RS e para o bioma Pampa, rico em agrosócio-biodiversidade, único no mundo. Agora, diversos planos de extração de minérios de seu solo ameaçam e comprometem suas terras, águas e toda a diversidade de povos da região.



O avanço não é sutil: mais de 22 mil áreas no Rio Grande do Sul são alvo de pesquisa por empresas mineradoras e já receberam liberação da Agência Nacional de Mineração (ANM). Desses projetos, 5 mil já fizeram “Requerimentos de Autorização de Pesquisa”, pedidos para que empresas possam definir jazidas e avaliar a viabilidade econômica de seus negócios. E quatro mega-empreendimentos já estão em processo de licenciamento junto aos órgãos ambientais, dois deles no coração do Pampa gaúcho (em Caçapava do Sul e em Lavras do Sul, onde a empresa Águia pretende construir uma barragem de rejeitos duas vezes maior que a de Brumadinho, colocando em constante risco as populações da região, em especial de Dom Pedrito e Rosário do Sul, cidades próximas à pretendida barragem e no fluxo dos rejeitos em caso de rompimento - falaremos disso ainda).

Outro megaprojeto está em São José do Norte, entre a Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico, e ele afeta a pesca artesanal e a produção de cebolas agroecológicas, tradicionais na região. Por fim, a Mina Guaíba, projeto da Copelmi com investimento

chinês e norte-americano que pretende construir a maior mina de carvão a céu aberto do Brasil (e provavelmente da América Latina) a apenas 16 quilômetros do centro de Porto Alegre, em cima do loteamento Guaíba City e do assentamento da Reforma Agrária Apolônio de Carvalho, um dos maiores produtores de arroz agroecológico da América Latina. O que preferimos? Carvão ou alimento saudável, sem veneno? Contaminação ou vida? A resposta nos parece simples; e para você?

Escolhemos a vida e não a morte: e é importante destacar que nenhum desses empreendimentos se instalou ainda - embora os impactos (ameaças, tensões, violências) já sejam sentidos nos territórios. Há pelo que lutar, e o povo organizado tem mais chances: chamamos atenção para a constituição do Comitê de Combate à Megamineração no RS, junção de mais de 100 entidades de diversos setores - sindicatos, ambientalistas, movimentos sociais da cidade e do campo, associações de bairros - que compartilham a luta contra o avanço da ganância minerária. Combate, e não resistência: antes, e não depois.

O povo unido não será vencido: e é por saberem disso que empresas e governos interessados querem sempre desagrupar; sabem que a união traz a força. Querem isolar para conquistar. Afinal, territórios com autonomia e com direitos garantidos significam liberdade e força para propor alternativas à destruição causada pelo modo de produção capitalista. Um exemplo disso é a rede de solidariedade que se costurou ao longo da pandemia do coronavírus, que atingiu em maior intensidade as periferias das cidades, as populações negras, quilombolas e indígenas. Nesse período, nós, da Amigos da Terra Brasil, construímos junto aos movimentos sociais do campo e da cidade - como MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), MAM (Movimento Pela Soberania Popular na Mineração), MAB (Movimento

dos Atingidos por Barragem), MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), MMM (Marcha Mundial das Mulheres) e MPA (Movimentos dos Pequenos Agricultores) - conexões com as comunidades mais atingidas pela pandemia, como quilombos, ocupações que lutam pelo direito à moradia, populações atingidas por grandes empreendimentos do capital e povos originários. Territórios autônomos + movimentos sociais fortes + articulação entre comunidades + acúmulo de experiências políticas anteriores, como as do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e do PNAE (Programa Nacional da Alimentação Escolar) + solidariedade: a soma desses fatores resultou em comida (sem venenos) na mesa de famílias trabalhadoras das periferias das cidades e nos territórios indígenas e quilombolas em luta.





E a solidariedade atravessa fronteiras, é internacionalista: como no caso dos incêndios na Amazônia e nos outros biomas brasileiros, que chamou atenção da comunidade internacional. Ora, o fogo é resultado do avanço do agronegócio, que faz grilagem de terras, desmata e queima a floresta para ter maior área para seus monocultivos, principalmente a soja, e para a pecuária extensiva. Nessa cadeia produtiva, o Brasil e os países do Sul Global não estão isolados: a soja e a carne do desmatamento são produtos de grandes corporações transnacionais, como Bunge, Cargill e JBS. E diversos países europeus, junto com Estados Unidos e China, compram as commodities brasileiras, garantindo lucro a quem destrói a natureza e assassina defensoras e defensores dos direitos dos povos. Diferente da caridade, que quer apenas se livrar da culpa, a solidariedade internacionalista

visa responsabilizar os grandes criminosos: as transnacionais que promovem as violações de direitos e estão por trás da cadeia de violência, mortes e destruição da natureza.

Aqui, focamos em algumas histórias só - não haveria espaço para falar de todas as violações de direitos que ocorrem em especial no Sul Global; muito sangue correu e ainda corre e essas resistências todas devem ser re-contadas, para que sejam ouvidas e as violações nunca mais se repitam. Lembramos de Berta Cáceres - presente! -, coordenadora do Conselho Cívico Organizações Populares e Indígenas de Honduras (COPINH - sigla em espanhol), brutalmente assassinada em 2016 por defender os direitos dos povos indígenas, das mulheres e do campesinato, em resistência a mega-projetos que ameaçavam seu povo; lembramos de Chico Mendes

- presente! -, grande referência na luta ambientalista popular, também covardemente assassinado por defender os direitos dos povos amazônicos; lembramos de Marielle - presente! -, cujo assassinato completou 3 anos sem que os responsáveis tenham sido presos - quem mandou matar?!; e lembramos de tantas e tantos outros - Scheila, liderança da Vila Dique, atingida pelo empreendimento da Fraport; seu Zé ou José Araújo, nosso saudoso conselheiro na Amigos da Terra e lutador pelos direitos das famílias na Vila Tronco, as incontáveis vítimas da brutalidade policial no Brasil e todas e todos aqueles que perderam as vidas por estarem “no caminho” do lucro de grandes corporações transnacionais... presentes!

A nossa compreensão vai além dos direitos humanos: tratamos de direitos coletivos de uma comunidade; ou então direitos dos povos: ao território, ao seu lugar e a suas próprias culturas e histórias enquanto sujeitos políticos transformadores da sociedade que aqui, por ora, re-contamos. As tentativas de individualizar a luta por defesa do território são sempre um problema: primeiro, pela perseguição que uma liderança sozinha pode sofrer, por parte do Estado e das empresas envolvidas; além das ameaças à vida (de um/a) que representa uma luta (de vários/as). Quando o envolvimento é total, com o senso de comunidade fortalecido, as chances de vencer são maiores. Quando se constrói movimento, é isso que veremos, também, nesta publicação.

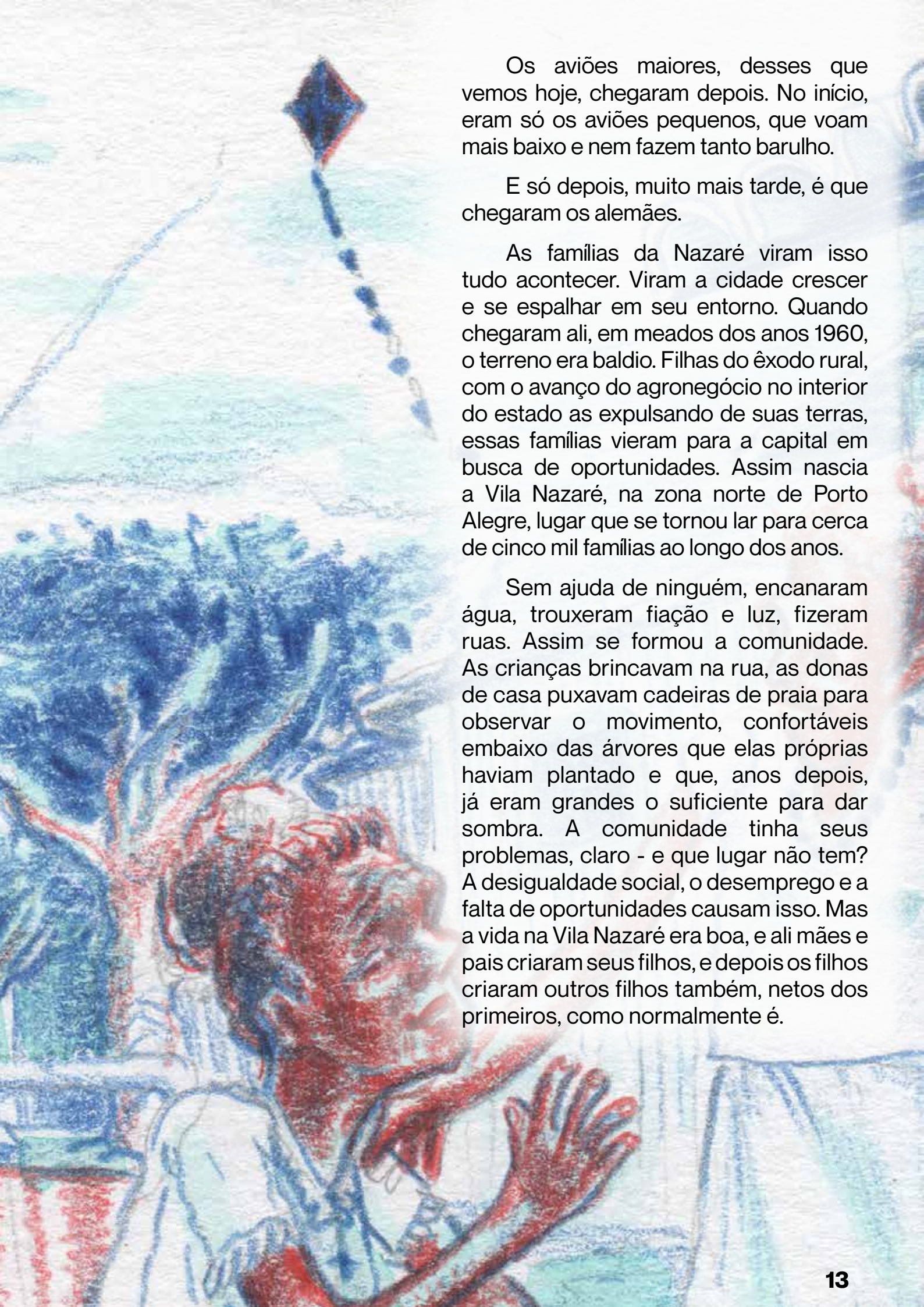
Agradecemos à SSNC (Sociedade Sueca de Proteção à Natureza, na tradução para o português), que ao longo dos últimos três anos vem trabalhando conosco, da Amigos da Terra Brasil, na construção e no fortalecimento de formas e possibilidades de resistências. Em especial, agradecemos aos movimentos sociais e às defensoras e defensores de territórios que estão na ponta, no chão onde se dá a disputa e que colocam seus corpos na luta (embora em geral sejam colocados, independente de intenção). Não à toa são principalmente corpos negros, quilombolas, indígenas, mulheres, camponesas e camponeses, pequenas/os agricultoras/es: é evidência de nosso passado colonial, escravocrata e misógino - e por nunca o enfrentarmos, esse passado insiste em ser presente. Pois que não seja futuro, dando enfim espaço à justiça - ambiental, social, econômica e de gênero -, à solidariedade, à participação democrática e à soberania dos povos em seus territórios.



AS FALSAS PROMESSAS

DA FRAPORT E O DESPEJO DA
VILA NAZARÉ EM PORTO ALEGRE





Os aviões maiores, desses que vemos hoje, chegaram depois. No início, eram só os aviões pequenos, que voam mais baixo e nem fazem tanto barulho.

E só depois, muito mais tarde, é que chegaram os alemães.

As famílias da Nazaré viram isso tudo acontecer. Viram a cidade crescer e se espalhar em seu entorno. Quando chegaram ali, em meados dos anos 1960, o terreno era baldio. Filhas do êxodo rural, com o avanço do agronegócio no interior do estado as expulsando de suas terras, essas famílias vieram para a capital em busca de oportunidades. Assim nascia a Vila Nazaré, na zona norte de Porto Alegre, lugar que se tornou lar para cerca de cinco mil famílias ao longo dos anos.

Sem ajuda de ninguém, encanaram água, trouxeram fiação e luz, fizeram ruas. Assim se formou a comunidade. As crianças brincavam na rua, as donas de casa puxavam cadeiras de praia para observar o movimento, confortáveis embaixo das árvores que elas próprias haviam plantado e que, anos depois, já eram grandes o suficiente para dar sombra. A comunidade tinha seus problemas, claro - e que lugar não tem? A desigualdade social, o desemprego e a falta de oportunidades causam isso. Mas a vida na Vila Nazaré era boa, e ali mães e pais criaram seus filhos, e depois os filhos criaram outros filhos também, netos dos primeiros, como normalmente é.





Contudo, o aeroporto ao lado ia crescendo e, em certo momento, se esticou até a fronteira com a Nazaré. De repente, as famílias se viram no caminho do “progresso” - entre aspas mesmo, porque o progresso é relativo e contestável se é só para alguns. A maioria das pessoas da Nazaré nunca andou de avião. A promessa de desenvolvimento não incluía a elas.

Querendo que as pessoas saíssem dali, a prefeitura de Porto Alegre (passando por dois prefeitos chamados Josés, o Fogaça e o Fortunati, e ainda por Sebastião Melo e por Nelson Marchezan Júnior) parou de fornecer serviços à Nazaré. Fechou a escola infantil. Depois fechou o posto de saúde. Não arrumou mais as ruas, que se tornaram grandes buracos onde até os carros sofriam pra passar (imagina as pessoas...). A eletricidade não era mais reparada. O saneamento deixou de existir e, toda vez que chovia, o esgoto transbordava, invadindo as casas.

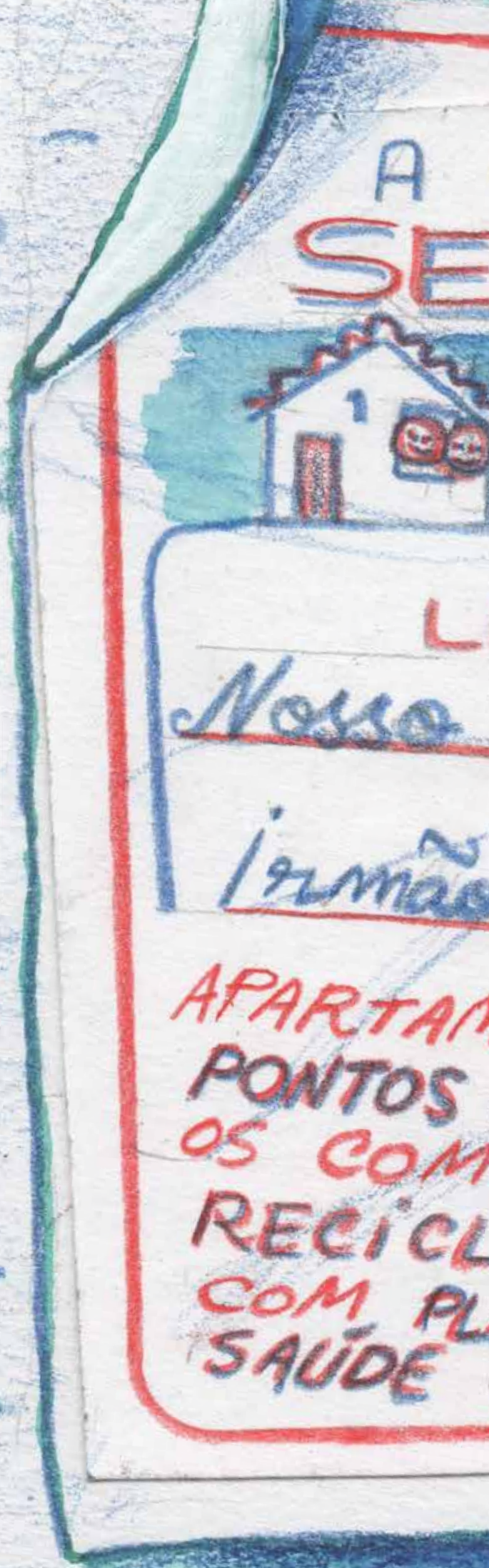
E aí chegaram os alemães.

CHEGARAM CHEIOS DE PROMESSAS

Para que a pista do aeroporto fosse ampliada, as famílias da Nazaré iam ser removidas para dois novos loteamentos - Nosso Senhor do Bom Fim e Irmãos Marista/Timbaúva.

la ter galpão de reciclagem pra quem recicla, comércio pros comerciantes, creche pras crianças, posto de saúde e segurança, estrutura com praça, apartamentos novos em folha.

E, um tanto a contragosto - o Timbaúva é longe -, mas acreditando nas promessas do prefeito Nelson Marchezan Júnior e da Fraport (a empresa alemã concessionária do aeroporto privatizado), pra lá foram levadas as famílias que por mais de 60 anos criaram suas raízes na Vila Nazaré.



CASA DOS
EUS SONHOS!



OTEAMENTOS

Senhor do Bom Fim

Marista / TIMBAÍNA

MENTOS DE QUALIDADE! *
COMERCIAIS PARA TODOS
ERCIANTES! GALPÕES PARA
AGEM! CRECHES! PRAÇA
AYGROUND! POSTOS DE
E SEGURANÇA!

PROBLEMAS, MUITOS PROBLEMAS, ISSO QUE AS FAMÍLIAS ENCONTRARAM NOS NOVOS ENDEREÇOS

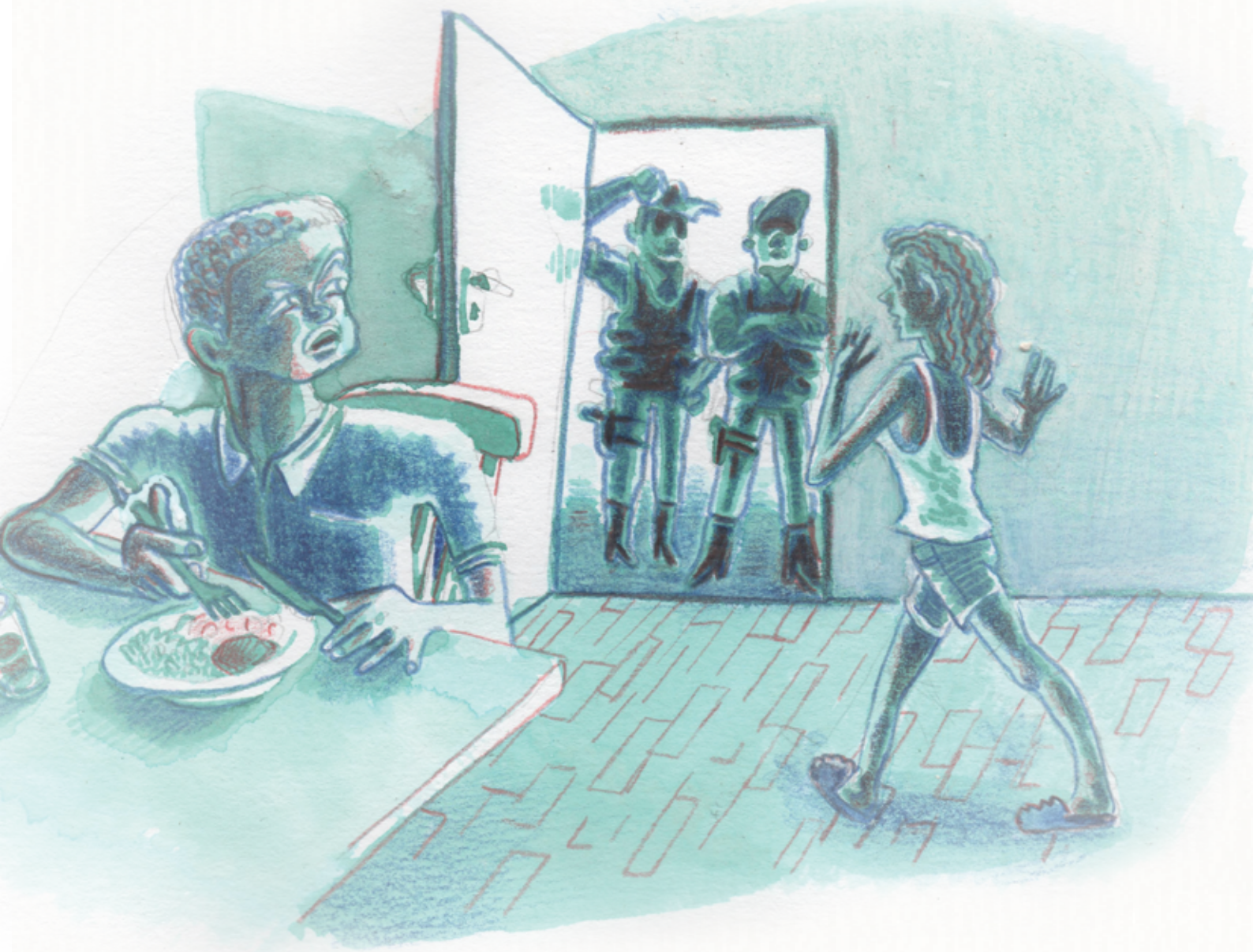
No Nosso Senhor do Bom Fim, o marco da porta quase atingiu a cabeça de uma das moradoras. Simplesmente caiu quando ela ia entrar no apartamento. A praça prometida é, na verdade, um grande terreno abandonado. Não tem pontos comerciais suficientes, além de serem pequenos, muito menores que os desapropriados na Nazaré. Não tem galpões de reciclagem, como prometido: muitas das famílias se sustentam limpando as ruas da cidade com suas coletas de materiais recicláveis e assim estão impossibilitadas de trabalhar. Não tem creche e o posto de saúde da região não tem condições de, de uma hora pra outra, passar a atender outras centenas de famílias recém-chegadas. O “desenvolvimento” da Fraport trouxe apenas isso: desemprego, despejo e violência.

No Timbaúva, o prédio chegou a ter que ser esvaziado por problemas na estrutura. Quase desabou com as famílias lá dentro. Assim como no Nosso Senhor do Bom Fim, faltam os galpões de reciclagem e pontos comerciais: as pessoas perderam suas fontes de renda. Mas as contas chegaram, e

as taxas de luz, água, condomínio e seguro são altas. Apesar disso tudo, Fraport e prefeitura comemoram. Afinal, o objetivo principal deles está perto de se completar: despejar todas as famílias da Nazaré e garantir os lucros da empresa alemã.

Só que a Nazaré ainda está lá, e as pessoas seguem resistindo e lutando por seus direitos, mesmo aquelas que já foram removidas - as promessas feitas pelo poder público e privado não foram cumpridas. Aliás, a responsabilidade pela remoção das famílias é da Fraport, o contrato de concessão do aeroporto é bem claro sobre isso. Contudo, os loteamentos foram construídos com recursos governamentais do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida; as remoções foram efetuadas pelo Demhab - o Departamento Municipal de Habitação, também um órgão público. A Fraport não arcou com sua responsabilidade e, por isso e pelas diversas violações de direitos que cometeu, está sendo processada na Justiça pelos Ministérios Públicos Federal e Estadual, além das Defensorias Públicas Estadual e da União. O caso ainda corre, sem previsão para o julgamento final.





RUIM PRA QUEM SAI, PIOR PRA QUEM FICA: A VILA NAZARÉ SE TORNOU UM CENÁRIO DE GUERRA

Quem ficou, por não ter nenhuma oportunidade de sustento nos novos endereços, sofre com ataques e abandono do poder público e tentativas de criminalização de sua luta por direitos. A mídia, em especial o Grupo RBS, assinou diversas matérias reduzindo a Vila Nazaré e as 5 mil pessoas que lá viviam ao tráfico de drogas - como se a questão das drogas fosse restrita às comunidades pobres e não circulasse nos bairros da classe

alta e nas festas da elite da sociedade. Os líderes da associação de moradores foram perseguidos e incluídos em processos policiais com os quais não tinham nenhuma relação. Com isso perderam empregos e oportunidades, estigmatizados por lutarem por direitos básicos, como à moradia - além dos diversos relatos de ameaças, espancamentos (inclusive de menores de idade), tortura...

Após as remoções e tratores (não quaisquer tratores, mas retroescavadeiras Poclain de 20 toneladas) destruírem as casas autoconstruídas pelas famílias ao longo dos anos, canos estourados e restos de paredes e tetos ficaram pra trás. Isso fez com que, em plena pandemia de COVID-19, o abastecimento de água na comunidade ficasse comprometido, impedindo medidas básicas de higiene, como lavar sempre as mãos. Por vezes, em total desrespeito à lei e sem nenhum tipo de cuidado, as casas são

destruídas com crianças brincando em áreas muito próximas à da demolição. Sem nenhuma segurança, elas brincam nos destroços das casas, escombros do que já foi lar.

De todos os problemas, um é fundamental: as famílias disseram que não queriam sair da região da Nazaré. E nem prefeitura e - muito menos - os alemães da Fraport, preocupados com suas margens de lucro, escutaram. Existem áreas públicas e privadas no entorno da Nazaré que poderiam ter



sido aproveitadas para um projeto de moradia popular. Mas os estoques de terra estão já destinados a empresas e o plano é de higienização social: mandem os pobres para longe, essa é a ordem.

A Ocupação Povo Sem Medo - Porto Alegre, organizada pelo MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), colocou-se em um desses

terrenos abandonados, como que a provar que existe sim lugar para as famílias removidas, tanto da Nazaré quanto de comunidades vizinhas que também enfrentam processos de despejo (a Vila Dique e a Ocupação Progresso, por exemplo).

PRA QUE NUNCA MAIS SE REPITA

Por isso contamos essa história: pra que nunca mais uma comunidade pobre seja despejada da terra em que vive, que criou suas raízes, sem que sequer seja ouvida. Por um protocolo de remoções que leve em conta quem vai ser removido, as pessoas para quem o “progresso” traz apenas retrocesso e empobrecimento.

No dia da audiência pública que reuniu as famílias da Nazaré com representantes do poder público e da Fraport, convocada pela Assembléia Legislativa do RS e pelo então deputado estadual Pedro Ruas (PSOL), as vozes do povo foram uníssonas: em alto e bom som disseram - Timbaúva não! Exigiam seus direitos.

Os dois representantes da Fraport que estiveram lá neste dia, sentindo a pressão do povo, saíram mais cedo da reunião, escondidos, sem sentar à mesa e sem responder a nenhum questionamento da população atingida por seus negócios.

Porque quando o povo se organiza e pressiona, eles sentem medo.





A MINERAÇÃO

JÁ MATOU BOA PARTE DO BRASIL



Enão foi acidente: Vale e BHP Billiton, empresas responsáveis, sabiam que as barragens em Mariana e em Brumadinho tinham problemas. Sabiam que ia estourar. Crime sem reparação, hoje a Vale e BHP seguem sem pagar por seus atos - pelo contrário, aliás: só no segundo semestre de 2020 (ou seja, em meio à pandemia de Covid-19 e de diversos surtos do vírus entre seus trabalhadores), a Vale registrou um lucro líquido de R\$ 15,6 bilhões.



ENTRE VIDA E MORTE: O QUE ESCOLHER NÃO PARECE UMA PERGUNTA DIFÍCIL

Depois de destruir Minas Gerais e outros territórios no Brasil, a megamineração se volta para o Rio Grande do Sul. São 22 mil áreas sendo pesquisadas no estado. Quatro mega-empresendimentos, ainda que representem incontáveis danos à saúde das pessoas e do ambiente, já estão em fase de licenciamento ambiental.

Em São José do Norte, onde hoje há águas limpas e boas para a pesca artesanal, entre a Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico, a empresa Rio Grande Mineração S.A. quer implantar o Projeto Retiro para minerar titânio. A região também é referência na produção de cebolas. Em uma vitória legislativa dos agricultores e pescadores da região, o Plano Diretor do município foi alterado em 2019 e passou a proibir a mineração no município.

Em Caçapava do Sul, a Nexa (Grupo Votorantim), pretende extrair metais pesados como chumbo, zinco e cobre às margens do Rio Camaquã. No coração do Pampa, traria danos irreversíveis a este bioma — único no mundo e rico em biodiversidade. A estimativa é que, se instalada, a mina da Nexa consumiria 150 metros cúbicos de água do Camaquã a cada hora de

atividade. Ou seja: 150 mil litros de água desperdiçados por hora.

Em Lavras do Sul, o projeto Três Estradas, da empresa Águia, pretende minerar fosfato, em área próxima também a Dom Pedrito. A região das “Três Estradas” é uma das mais preservadas do bioma Pampa. A pecuária familiar é a principal fonte de renda das pequenas fazendas que ocupam o local há centenas de anos. Com projetos controversos - a empresa enviou diferentes versões para serem licenciadas -, a Águia prevê instalar uma barragem de rejeitos duas vezes maior que a de Brumadinho. Em caso de rompimento, os rejeitos poderiam chegar ao Uruguai, criando um imbróglio internacional, passando por Rosário do Sul e pela famosa Praia das Areias Brancas. Ainda assim, os estudos da empresa não previam os impactos de um possível vazamento da barragem.



E entre Eldorado do Sul e Charqueadas, a apenas 16km do centro de Porto Alegre, a Mina Guaíba. A empresa Copelmi tem a intenção de instalar a maior mina de carvão a céu aberto da América Latina a poucos metros da APA (Área de Proteção Ambiental) do Delta do Jacuí. Com isso, o projeto põe em risco a segurança hídrica de toda a Região Metropolitana de Porto Alegre (4,3 milhões de pessoas, segundo estimativa do IBGE em 2018). Para

além dos impactos já bastante denunciados a respeito da mineração de carvão, o empreendimento - caso vá adiante - pretende ser instalado sobre o assentamento da Reforma Agrária Apolônio de Carvalho, produtor de arroz agroecológico, e do loteamento Guaíba City. Um dos aspectos mais macabros do projeto é que as famílias que vivem nesses locais (cerca de 150) seriam realocadas com a extração de carvão já em andamento, o que elevaria consideravelmente os



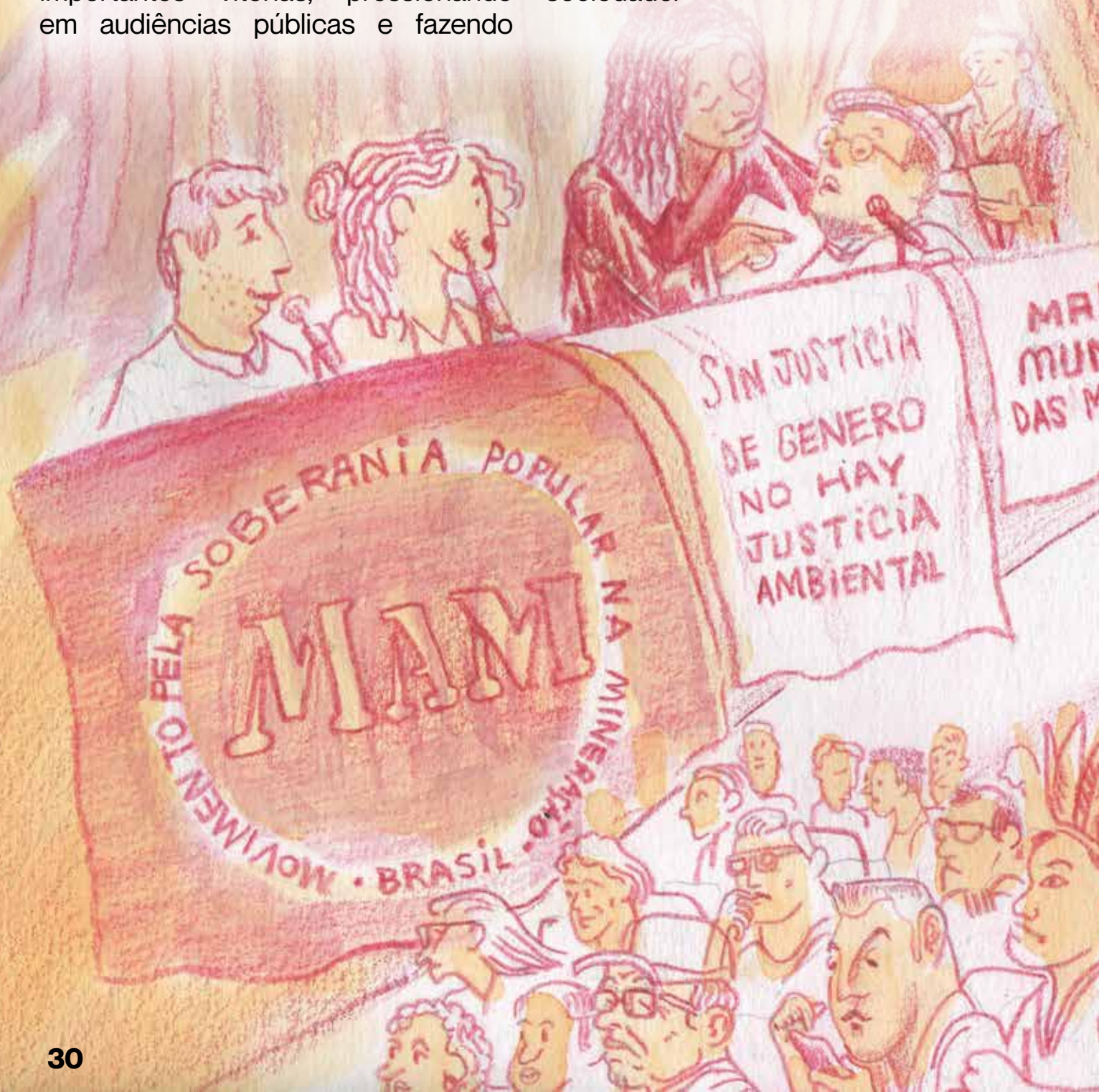
riscos à saúde física e mental dessas pessoas. A poucos quilômetros da área de instalação da mina, há também comunidades indígenas que não foram consultadas sobre o projeto - algo previsto pela Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que fala sobre a obrigatoriedade de consulta prévia, livre e informada às comunidades tradicionais impactadas por esse tipo de projeto.

Em comum entre os projetos, aliás, está o fato de eles atingirem diretamente comunidades tradicionais: povos originários, quilombolas, pecuaristas e agricultoras/es familiares, povo de terreiro, pomeranos, ciganos, benzedeiras e benzedeiros, pescadoras/es artesanais - corpos na linha de frente da resistência à destruição do bem comum e da vida, e que devem ser visibilizados e fortalecidos em suas lutas e existências.



Para fortalecer a luta das comunidades e garantir territórios livres da mineração, mais de 100 organizações e movimentos sociais - das mais variadas áreas (sindicatos, ambientalistas, luta por terra e território, por moradia, associações de bairros) - se juntaram e formaram o Comitê de Combate à Megamineração no Rio Grande do Sul. Se o estado é a nova fronteira minerária no Brasil, é também a nova fronteira de resistência. O povo organizado via Comitê tem tido importantes vitórias, pressionando em audiências públicas e fazendo

estudos técnicos que comprovam os riscos da mineração aos territórios e comunidades. O primeiro desses estudos já foi publicado, sobre os impactos da Mina Guaíba, e pode ser encontrado no site do Comitê (www.rsemrisco.org.br). Outros estão sendo desenvolvidos, sobre os demais projetos. Com a pressão, as empresas precisaram atrasar seus cronogramas, refazer estudos que eram precários e viram os danos pelos quais são responsáveis serem expostos à toda a sociedade.





AMIGOS
DA TERRA
BRASIL

MARCHA
ANTI RACISMO
MULHERES

NÃO À



A atividade da mineração traz danos irreparáveis ao meio-ambiente e à saúde das pessoas. Significa contaminação de águas e terras, poluição do ar, poeira, despejos, desemprego das famílias agricultoras que colocam comida na mesa da maior parte da população concentrada nos centros urbanos (se o campo não

planta, a cidade não janta...). E tudo isso em nome do lucro de poucas empresas, todas envolvidas com investidores internacionais. O que fica para as comunidades é o rastro da lama e da morte.

Mineração? Nem aqui nem em lugar nenhum!

MEGAMINERAÇÃO!



AMAZÔNIA

SOLIDARIEDADE INTERNACIONALISTA
CONTRA O CERCO TRANSNACIONAL



O cerco capitalista se expressa em diferentes formas e estágios: desde o “ciclo da grilagem”, que consiste em invasão de território, extração ilegal de madeira, queimadas para “limpar a terra”, introdução de monoculturas e pecuária; até o consequente uso de agrotóxicos que contaminam áreas vizinhas e fontes de água; e o despejo e expulsão das famílias agricultoras, comunidades tradicionais, quilombolas e povos originários para as periferias das cidades, onde passarão a compor a classe empobrecida da sociedade. Quem decide ficar e lutar por seus territórios e pela natureza enfrenta ameaças e atentados contra a vida.





Sob o fascismo neoliberal de Bolsonaro, obediente aos interesses das transnacionais, o Brasil pegou fogo. Pela primeira vez na contagem histórica, que começou em 2002, foi verificado aumento de queimadas em todos os biomas no país – ao todo, a área devastada em 2019 foi 86% maior que no ano anterior. No caso do Pantanal, bioma mais atingido, o número é alarmante: a alta nas queimadas é de 573%. Os dados são do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais),

o qual Bolsonaro – não por acaso – tenta insistentemente deslegitimar e controlar.

Mas não são responsáveis apenas o presidente genocida e o ministro de Meio Ambiente que é contra o Meio Ambiente (Ricardo Salles, famoso por querer “passar a boiada” durante a pandemia – em outras palavras, destruir toda a lei de proteção ambiental para que as empresas possam desmatar, derrubar árvores, usar venenos,





atacar comunidades, roubar terras); também as empresas são as grandes responsáveis pela destruição da Amazônia e de todos os biomas brasileiros. São culpadas a indústria da carne (JBS, Marfrig, Minerva Foods...), o agronegócio (Cargill, Bunge, LDC, ADM...) e seus financiadores (JP Morgan Chase, Barclays, Citigroup, BNP Paribas, Santander, Bank of America...). São estes que corrompem, usam laranjas para grilar terras, derrubam a floresta, poluem rios com

seus mega-portos e mega-navios que escoam as commodities brasileiras, alimentando relações coloniais como as propostas pelos acordos comerciais entre a União Europeia e o Mercosul. E que destroem vidas - tanto em sentido figurado, por destruírem modos de subsistência das comunidades, como em sentido literal, como o assassinato de lideranças comunitárias que resistem frente ao cerco capitalista e defendem a natureza e a vida.



Não é desastre nem acidente: por trás de cada “tragédia” socioambiental está a ação de transnacionais multimilionárias que lucram com a devastação que elas mesmas promovem. Brumadinho e Mariana nunca mais! Despejos como o da Vila Nazaré nunca mais! Vamos apagar o fogo neoliberal, da mineração e do

agronegócio, com solidariedade e responsabilização dos verdadeiros culpados!

Por isso é importante que avance um Tratado Vinculante na ONU que responsabilize as transnacionais, a maioria do Norte Global, por seus crimes, normalmente cometidos no Sul Global. Movimentos nesse sentido são





coordenados na Campanha Global para Desmantelar o Poder Corporativo, que une centenas de movimentos sociais do mundo inteiro nessa causa. Hoje, os Estados do Sul têm pouco poder frente às fortunas ostentadas pelas empresas, que compram o que precisarem (da mídia ao sistema judiciário, de políticos a associações civis) para saquear as

riquezas que lhes interessarem. Entre idas e vindas, conquistamos algumas vitórias na ONU já, mas o caminho ainda é longo. Contra o lucro e a devastação das empresas, precisamos de apoio e pressão popular!

SOLIDARIEDADE

EM REDE PARA CONSTRUIR OUTRA REALIDADE



Fazer quarentena é privilégio: à maior parte das e dos brasileiros, ficar em casa não é opção. Pior ainda: em Porto Alegre, em plena pandemia de coronavírus, o ex-prefeito Nelson Marchezan Jr. (PSDB) reduziu e cortou linhas de ônibus, promovendo

aglomerações entre quem precisava ir trabalhar e colocando cobradoras/es e motoristas em risco ainda maior.

O estudo “Situação de saúde dos quilombos urbanos na pandemia de Covid-19”, realizado pela Frente Quilombola/RS em parceria com



pesquisadoras/es da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), exemplifica muito bem isso: o levantamento revela que 77% das e dos moradores de quilombos de Porto Alegre precisaram sair de casa para trabalhar durante a pandemia do

coronavírus. Em outras palavras, foram impossibilitados de realizar isolamento social. E cerca de 40% afirmaram ter perdido o emprego durante a pandemia.



O auxílio emergencial de 600 reais em 2020 fez a aprovação do presidente Bolsonaro melhorar. Mas o que nem todo mundo sabe é o que ele foi contra o auxílio, queria que fosse de apenas 200 reais. Nem um pouco preocupado com a saúde do povo trabalhador, Bolsonaro ainda fez da mineração atividade essencial no país durante a pandemia. Assim, permitiu que as mineradoras seguissem funcionando a todo vapor, sem respeitar medidas de isolamento social. Não por acaso diversos surtos de coronavírus passaram a acontecer em Minas Brasil afora.

Apoiadas pela Rede Globo, essas mesmas empresas que espalharam

coronavírus pelo país, ao negar a trabalhadoras/es a possibilidade de cumprir as medidas de isolamento social, criaram uma campanha chamada Solidariedade S.A. No principal telejornal do Brasil, toda noite, faziam propaganda de pequenas ações de caridade em apoio à prevenção do coronavírus, como doação de máscaras ou álcool gel. Não se questionava, porém, o fato de que mineradoras e o agronegócio ajudariam muito mais paralisando suas atividades - e, em consequência, seus lucros. Mas para Vale, BHP Billiton, Cargill, entre tantas outras grandes corporações, o lucro vale mais que a vida.





SOLIDARIEDADE É DIFERENTE DE CARIDADE

Eduardo Galeano já ensinava: “a caridade é humilhante porque é exercida verticalmente, de cima para baixo; a solidariedade é horizontal e implica respeito mútuo”. A campanha das empresas e da Rede Globo deveria se chamar Farsa S.A., servindo apenas para melhorar a imagem pública de quem carrega a culpa por espalhar coronavírus na população brasileira.

O caminho solidário é outro: e começa com territórios livres da contaminação da indústria da mineração e do agronegócio. A união de assentamentos da Reforma Agrária, agricultoras/es familiares, periferias urbanas, movimentos de luta por terra e moradia, organizações feministas e

ambientalistas - como nós, da Amigos da Terra Brasil -, territórios indígenas e quilombolas fez, ao longo da pandemia, surgir uma forte rede de solidariedade, levando alimento saudável e sem veneno do campo para a mesa das famílias trabalhadoras.

MST, MAM, MPA, MTST, Amigos da Terra Brasil, CIMI, Frente Quilombola, Comuna do Arvoredo, MAB, Marcha Mundial das Mulheres: unidos na campanha Periferia Viva, os movimentos articularam a doação de mais de 40 toneladas de alimentos na região metropolitana de Porto Alegre até o fim de maio de 2020. E no Brasil foi muito mais.



Território seguro é território soberano; e uma rede de povos e movimentos articulados garante a (r)existência de comunidades indígenas, quilombolas, periféricas. Os alimentos da campanha Periferia Viva chegaram até os quilombos urbanos de Porto Alegre, onde muitos perderam emprego durante a pandemia. Chegaram também a comunidades indígenas, como a Retomada Mbya Guarani da Ponta do Arado, que vive sob constante ameaça por parte da empresa que quer construir condomínios de luxo em cima da terra indígena - recentemente, o Plano Diretor de Porto Alegre foi alterado para beneficiar o empreendimento.

Chegaram ainda até a Vila Nazaré e a Ocupação Povo Sem Medo Porto Alegre, do MTST, que resistem às violações de direito pela Fraport. Mas ainda é preciso mais: precisamos lutar por direitos básicos ao território e à moradia, à alimentação saudável e à diversidade de modos de vida. Defender o território e os direitos dos povos também é lutar por políticas públicas, pela Reforma Agrária, pela demarcação e titulação de terras indígenas e quilombolas, contra o uso abusivo de agrotóxicos e contra os megaprojetos da mineração e do agronegócio que geram destruição e morte.





Seguimos juntas e juntos na construção de um programa popular de produção, aquisição e distribuição de alimentos e sementes, um PAA entre movimentos do campo e da cidade, como parte de um compromisso seguir nos cuidando nutrindo na luta. Estamos juntas e juntos por uma recuperação justa e feminista, na superação das pandemias do neoliberalismo, e firmes no propósito de existir, organizar, resistir, mobilizar, transformar e esperar, pois nada justifica a falta de esperança!



Agradecemos a todas e todos os lutadores que, incansáveis, se levantam por seus direitos, pelo direito ao cuidado e defesa popular dos seus territórios e dos bens naturais que são comuns a todos os povos. A todas as comunidades que se envolveram neste projeto e partilham conosco suas histórias de mobilização e resistência, em aliança e confiança. Também à solidariedade internacionalista que torna possível que essas histórias sejam contadas e as experiências de luta sejam intercambiadas entre regiões, comunidades e defensores/as de territórios comprometidos com a

construção de sociedades mais justas e sustentáveis em todo o mundo.

Lutar pela Justiça Ambiental é defender e cuidar da vida. Para defender as matas, os animais, os biomas brasileiros, é necessário assegurar que os povos que vivem em cada território e que são os responsáveis pela manutenção da biodiversidade, da cultura, do clima, e da vida em seu conjunto, continuem a existir, tendo seus direitos respeitados.

Sempre e, especialmente no momento em que vivemos, vidas acima do lucro.



Realização



**Amigos
da Terra
BRASIL**

Apoio



**Swedish Society
for Nature Conservation**



**Amigos
da Terra
Internacional**



BUND

FREUNDE DER ERDE

